



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

ANA PAULA DO NASCIMENTO RODRIGUES

**DAS SENZALAS PARA AS SALAS DE AULA: ANÁLISE DAS AÇÕES
DOCENTES**

CAJAZEIRAS PB

2018

ANA PAULA DO NASCIMENTO RODRIGUES

**DAS SENZALAS PARA AS SALAS DE AULA: ANÁLISE DAS AÇÕES
DOCENTES**

Trabalho de Conclusão e Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, da Unidade Acadêmica de Educação (UAE) do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), *Campus* Cajazeiras PB, como requisito para obtenção do título de Licenciado(a) em Pedagogia.

Orientador: Profa. Esp. Maria Thais de Oliveira Batista

CAJAZEIRAS PB

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

R696d Rodrigues, Ana Paula do Nascimento.
Das senzalas para as salas de aula: análise das ações docentes / Ana Paula do Nascimento Rodrigues. - Cajazeiras, 2018.
47f.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Esp. Maria Thais de Oliveira Batista.
Monografia(Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2018.

1. Racismo - escola. 2. Atuação docente. 3. Combate ao racismo. 4. Diversidade. I. Batista, Maria Thais de Oliveira. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 37.04(=013)

ANA PAULA DO NASCIMENTO RODRIGUES

**DAS SENZALAS PARA AS SALAS DE AULA: ANÁLISE DAS AÇÕES
DOCENTES**

Trabalho de Conclusão e Curso apresentado ao curso de Pedagogia, da Unidade Acadêmica de Educação (UAE) do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras PB, como requisito para obtenção do título de Licenciado(a) em Pedagogia.

Orientador: Profa. Maria Thais de Oliveira Batista

Aprovado em: 2507 /2018

BANCA EXAMINADORA

Maria Thais de Oliveira Batista

Profa. Maria Thais de Oliveira Batista – UAE/CFP/UFCG

Orientador(a)

Danilo de Sousa Cezario

Prof. Me. Danilo de Sousa Cezario – UEPB/CEDUC

Examinador(a) Titular

Joseane Abilio de Sousa Ferreira

Profa. Dr^a. Joseane A. de Sousa Ferreira – UAE/CFP/UFCG

Examinador(a) Titular

Prof. Ms. David Luiz Rodrigues de Almeida- UNAGEO/CFP/UFCG

Examinador(a) Suplente

Dedico este trabalho aos meus pais, Francisco e Josefa, que sempre estiveram presentes na minha vida sendo meu porto seguro nas dificuldades e nas angústias em dias de estudo, ao meu esposo, Márcio, que sempre me apoiou e incentivou e às minhas irmãs, Carol e Maria do Socorro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me dá coragem cotidianamente de lutar pelos meus sonhos e objetivos.

Agradeço a minha família e especialmente à minha avó Maria da Conceição que sempre fez o possível para me auxiliar em todas as minhas necessidades.

Agradeço também à minha amiga Fatinha que me deu hospedagem em sua casa para eu poder frequentar a faculdade já que morava no sítio e não tinha onde ficar na cidade.

Agradeço ao motorista e amigo, Gildo, por ter me conduzido todos esses anos da minha cidade do Barro-CE a Cajazeiras-PB, ao qual terei uma eterna gratidão.

Agradeço também a minha madrinha, Nina, seu esposo Ivan, a minha sogra Maria, a Irene e Daiane que me deram hospedagem em suas casas.

Agradeço ao professor Danilo de Sousa Cezario pelas contribuições na minha formação discente e pelo auxílio na produção do TCC.

Agradeço a professora Maria Thais de Oliveira Batista, minha orientadora, pelas suas contribuições em meu desempenho acadêmico

Agradeço a professora Risomar Alves que tanto contribuiu para minha formação, por ter me encorajado na busca por novas aprendizagens, pelo suporte financeiro para minha permanência no grupo de estudos NEABIG do qual participei como voluntária, e principalmente, pela disponibilidade em seus ensinamentos.

Agradeço aos demais professores do curso, que contribuíram cada um à sua maneira, para que eu conseguisse realizar mais essa conquista em minha vida.

Às minhas queridas amigas Cristina e Daiane Manguiera, por sempre dividirem comigo momentos especiais e fundamentais para que eu pudesse realizar este sonho juntamente com elas.

Agradeço à turma 2013.2, meus colegas de curso, e a todos que de alguma maneira acreditaram em mim e colaboraram de forma direta ou indiretamente para a concretização deste trabalho.

“A única arma para melhorar o planeta é a Educação com ética. Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da pele, por sua origem, ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.”

Nelson Mandela

RESUMO

A presente pesquisa propõe-se a investigar as práticas docentes em detrimento a discriminação racial em sala de aula, abordando as práticas discriminatórias no contexto da sala de aula, como também, descrevendo as ações docentes ao explorar o fenômeno. O racismo na escola é um fenômeno debatido desde outrora contudo, o estudo das causas, dinâmicas e consequências encontra-se entre entraves metodológicos e teóricos. Proporcionado assim, uma análise que contribua à docência no concernente a efetivação da proposta de combate ao racismo. Para a realização do trabalho, realizou-se uma investigação bibliográfica seguida de uma pesquisa de campo, utilizando entrevista semiestruturada, com dados analisados através da análise de conteúdo de Bardin. A análise dos dados permitiu a organização em três categorias: Dificuldades e potencialidades; Atuação docente; Percepção do fenômeno em sala de aula. Assim, o estudo em questão, possibilita novos olhares para a questão da criança negra em sala de aula, como um estudo apurado sobre a discriminação racial como um fenômeno recorrente no contexto escolar, negligenciado ou ignorado, mostrando que a atuação profissionais ainda está pouco direcionada a uma contribuição concreta na vida das crianças negras.

Palavras-chave: Diversidade. Racismo. Atuação docente.

ABSTRACT

This research aims to investigate teaching practices in detriment of racial discrimination in classroom, addressing discriminatory practices in this very same context, as well as describing teaching actions in exploring such phenomenon. Racism in school is a phenomenon that has been already debated before, but the study of causes, dynamics and consequences lies between methodological and theoretical obstacles. Thus, this study provides an analysis that contributes to teaching regarding the effectiveness of the proposal to combat racism. To accomplish this work, a bibliographical investigation was carried out followed by a field research, using semi-structured interview, with data analyzed through the content analysis of Bardin. The analysis of the data collected allowed the organization of the chapters into three categories: Difficulties and potentialities; Teaching performance; Perception of the phenomenon in the classroom. Therefore, this study provides new insights into the issue of the black child in the classroom, as an accurate study of racial discrimination as a recurring phenomenon in school context, neglected or ignored, showing that the professional performance is still poorly targeted to make a concrete contribution to black children lives.

Keywords: Diversity. Racism. Teaching performance.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

EIR – Estatuto da Igualdade Racial

FNB – Frente Negra Brasileira

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

NEABIG – Núcleo de Estudos Afrobrasileiros, Indígena e de Gênero

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPITULO I - RACISMO, MOVIMENTOS SOCIAIS E LEIS.....	12
CAPITULO II – PRÁTICAS EDUCACIONAIS: DISCUTINDO O RACISMO NA SALA DE AULA.....	17
2.1 EDUCAÇÃO COMO DIREITO DE TODOS	17
2.2 TRABALHANDO A DIVERSIDADE CULTURAL NA ESCOLA/SALA DE AULA	19
2.3 A CRIANÇA NEGRA E SUA IDENTIDADE NA ESCOLA	22
CAPÍTULO III – DELINEAMENTO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	29
3.1 CENÁRIOS DA PESQUISA, POPULAÇÃO E AMOSTRA	29
3.2 ANÁLISE DE DADOS POR TEMAS E CATEGORIAS DE PESQUISA.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS	38
APÊNDICES.....	41
APÊNDICE –A.....	42
APÊNDICE –B.....	45
APÊNDICE –C.....	46

INTRODUÇÃO

O racismo na escola é um fenômeno debatido desde outrora, porém o estudo das causas, dinâmicas e consequências encontra entraves metodológicos e teóricos. Racismo é definido no dicionário Aurélio como uma “[...] teoria que defende a superioridade de um grupo sobre outros, baseado num conceito de raça preconizando particularmente, a separação destes dentro de um país (segregação racial) ou mesmo visando o extermínio de uma minoria” (FERREIRA, 1999, p. 1250), configurando assim comportamentos hostis e/ou discriminatórios, deferidos a um grupo com características distintas, seja por etnia, religião, cultura.

O racismo pode ser compreendido enquanto prática e enquanto ideologia. O primeiro consiste no trato dos indivíduos como objeto/coisa e o segundo trata-se da representação social imposta ao grupo (ALVES, 2012).

No Brasil, a discriminação racial é crime de acordo com a Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989, dispondo-se sobre os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor, no qual ao praticar o ato o indivíduo deverá receber punição de acordo com a conduta, a lei consigna penas que variam de um a cinco anos de reclusão, bem como o pagamento de multa conjunta (BRASIL, 1989). Comporta assim, com sua promulgação, um avanço, pois elevou a prática de racismo de contravenção penal, caracterizado por prisão simples, a crime, com reclusão do condutor do ato. É importante para compreender o fenômeno distinguir preconceito racial, enquanto conceito negativo antecipado deferido a um grupo racial diferente, de discriminação racial, que consiste da prática de condutas baseadas na ideologia racista (ALVES, 2012).

Para se falar do desenvolvimento e aplicação de práticas antidiscriminatória, precisa-se discutir acerca de conceitos essenciais, como raça, cor e etnia. Segundo Miranda (2010) raça é uma categoria biológica designada por aspectos biofisiológicos, compartilhados por indivíduos da mesma espécie, enquanto cor é uma característica considerada enquanto parâmetro para diferenciar a raça. Etnia, dessa forma, consiste no grupo de indivíduos que compartilham mesmas características sejam biológicas, linguísticas, cultural (MIRANDA, 2010).

No presente trabalho, escolheu-se analisar as práticas docentes em detrimento a discriminação racial em sala de aula, identificando se há práticas discriminatórias no contexto da sala de aula, descrevendo as ações docentes ao explorar o fenômeno. Com esse objetivo se

pretende investigar como a discriminação racial em sala de aula pode afetar o desenvolvimento e aprendizagem do aluno como ser social. Por conseguinte, buscou-se fazer um resgate bibliográfico a respeito da legislação vigente que atende essa demanda social, explorando os aspectos históricos e socioculturais do racismo, bem como o desenvolvimento dos trabalhos nessa área dentro da instituição escolar, discutindo assim, as práticas docentes e como essas se configuram.

Dessa maneira, o presente está organizado em quatro capítulos. O primeiro deles, denominado *Racismo, movimentos e leis*, trata-se de uma revisão histórica e conceitual acerca da concepção de racismo e como este historicamente foi difundido, principalmente no âmbito brasileiro, discutindo quanto aos movimentos negros no Brasil. É uma discussão a respeito das leis e estatutos enquanto fator de inibição à conduta preconceituosa, abordando a análise necessária a se considerar diante do fenômeno.

O segundo capítulo, denominado *Práticas educacionais: discutindo o racismo na sala de aula*, aborda um resgate literário acerca do debate do fenômeno no ambiente escolar, discutindo as garantias e direito, bem como abordando a diversidade e a identidade da criança negra na escola.

No terceiro capítulo, *Delineamento metodológico* é evidenciado os procedimentos utilizados durante a pesquisa de dados, o tipo de pesquisa, o local, a população e amostra, e procedimentos de coleta e análise dos dados, bem como expondo os critérios de inclusão e exclusão.

No quarto capítulo, denominado *Descrição e discussão dos resultados* apresenta-se a análise dos dados acerca do tema estudado, evidenciando quais práticas estão sendo defendidas e/ou efetivadas na atuação docente junto à discriminação racial e como essas práticas estão comprometidas com o desenvolvimento social e aprendizado dos alunos.

CAPITULO I - RACISMO, MOVIMENTOS SOCIAIS E LEIS

Compreender as concepções sobre o racismo é fundamental, à medida que tais conceitos orientam o desenvolvimento de ações voltadas a esse fenômeno, principalmente no concernente ao combate da conduta em sala de aula. O ponto de partida para reflexão sobre a temática parte diante a perspectiva de o fenômeno constituir um dos principais males da sociedade moderna, configurando um aspecto que permanece em operacionalização efetiva no cotidiano, porém sua dinâmica não é claramente idêntica pela sociedade (CAMPOS, 2017).

Ao longo da história o racismo no Brasil passou por diversas concepções. No que tange a concepção social, a ideia de racismo foi associada ao negro, reflexão errônea, uma vez que racismo caracteriza-se mediante um pré-julgamento onde se considera uma raça superior às demais. Essa associação parte da história de sofrimento dos negros, dado que no Brasil a história de racismo, relacionado à cor negra, surge com os portugueses evidenciando a ‘não-branquitude’ dos seus habitantes, e diante da dinâmica existente, escravizando-os, porém com as consequências advindas, os portugueses para continuar explorando a nação utilizaram do tráfico e a escravização de africanos (BOTOSSO, 2012). O modo de trabalho nesse período se configurava de forma que os negros eram considerados objetos, sem possuir qualquer direito, além de enfrentar violência e humilhações diariamente.

A construção das relações raciais no Brasil foi marcada por subordinação de um dos lados, seja com a escravidão, ou mesmo no período pós-abolição, onde, foi constituída a estrutura de hierarquia social, excluindo assim os negros dos espaços sociais (PACHECO, 2011). Destarte, a elite foi formada por cidadãos brancos livres, que subordinavam os negros – escravos ou libertos – não os considerando cidadãos.

O racismo no Brasil foi denominado “racismo cordial”. [...] esse racismo erroneamente denominado cordial acarreta grandes prejuízos para aqueles que lutam diariamente contra um inimigo “invisível” “que não aparece em hora, situação ou lugar predeterminados. Sua ação, porém, é cruel para aqueles que sob uma pele negra, buscam a sobrevivência física e emocional próprias e de seus familiares. Em consequência desse racismo, o negro tem sido impedido de construir uma cidadania plena, encontrando-se desprotegido diante de situações de violência (CAVALLEIRO, 2007, *apud* ARAUJO, 2015, p.25).

Os achados na literatura diante do tema corroboram com essa ambivalência, onde o negro ainda continua como alvo de controle, “o negro recebe ‘a marca’ do estigma, tendo a cor de pele utilizada como o principal elemento de estigmatização” (FERNANDES; SOUZA, 2016, p. 106). Nesse caso, podemos desenvolver uma interpretação sobre a problemática da prática de racismo e sua ideologia, evidenciando assim a dificuldade de enunciar seus dispositivos, permeando a consciência coletiva baseada nessa visão naturalizante a respeito do negro. Partindo dessa premissa, trabalharemos a perspectiva do racismo às atitudes preconceituosas direcionadas com esse grupo.

O racismo na sociedade acontece de forma direta e indireta, uma vez que conduta discriminatória é condenada e punida por lei. As expressões do racismo persistem na consciência do indivíduo e sendo velada, é substituída por sutis descrições (CAMINHO, et al, 2000). O racismo pode se evidenciar de várias formas, sendo conceituada de acordo com a prática, logo podemos elencar o racismo individual, o institucional, o cultural e o preconceito racial.

O racismo individual é manifestado de indivíduo para indivíduo em momentos diferentes, por meio de atitudes, comportamentos de desprezo ou irritação por determinada pessoa por ter a cor da pele negra. Afirmando assim o estigma de superioridade diante das raças. Enquanto o racismo institucional é caracterizado pela exclusão do grupo minoritário dos departamentos sociais (empresas, escola, universidades) desprezando-os, inibindo “a mistura” das raças (ALVES, 2012).

Há uma diferenciação entre racismo individual e racismo institucional. O primeiro inclui atitudes preconceituosas e comportamentos discriminatórios entre pessoas diferentes, contrastando a ideia de igualdade. Porém, o racismo institucional engendra um conjunto de arranjos institucionais que restringem a participação de um determinado grupo racial (no nosso caso, o grupo de negros). Esse tipo de racismo está ligado à estrutura da sociedade e não aos seus indivíduos (PETTIGREW, 1982, apud CAVALEIRO, 2003, p.20).

O racismo cultural é evidenciado através de grupos que se sentem superiores a outras culturas, manifestada devido às crenças, religiões, costumes, línguas entre outros (ALVES, 2012). O preconceito racial, por sua vez, é a conceituação desfavorável culturalmente condicionada, direcionada a um grupo, estigmatizando os mesmos mediante a aparência (NOGUEIRA, 2006).

O preconceito racial é materializado mediante a discriminação, ao evitar locais que as pessoas negras frequentam, pela reprodução de piadas preconceituosas, brincadeiras e

injúrias, gerando agressões físicas, psicológicas e morais, provocando o isolamento da população negra do convívio social (CAVALLEIRO, 2003), ressaltando que muitas dessas condutas são sutis, de forma corroborar com a perspectiva do racismo velado.

Pode-se entender o preconceito como um julgamento negativo, na maior parte das vezes, é prévio em relação às pessoas ocupantes de qualquer outro papel social significativo. Ele é mantido apesar de os fatos o contradizerem, pois não se apóia em uma experiência concreta. Ele sinaliza suspeita, intolerância, ódio irracional ou aversão a indivíduos pertencentes a uma mesma raça, religião ou a outras raças, credos, religiões, etc (CAVALLEIRO, 2003, p. 23).

Dessa forma, o preconceito surge a partir da ideia negativa que criamos sobre alguém por determinada comparação em que se julga certo e por ser diferente se acha superior ao outro. A partir de tantas consequências sofridas pelos afrodescendentes com o racismo e o preconceito, foram criadas Leis para incluí-los socialmente.

Análises sociais mostram que, no Brasil, os principais movimentos de luta dos negros, em busca de direitos, tiveram início logo após a abolição, com sua primeira fase constituída na república nova. Com intuito de reagir ao estado de marginalização configurado na nação, os libertos, ex-escravos e seus descendentes, criaram os primeiros grupos de mobilizações organizadas, de caráter eminentemente assistencialista, recreativo e cultural (DOMINGUES, 2008).

Nesse período, os negros eram,

Excluídos seja politicamente em decorrência das limitações da Republica no que se refere ao sufrágio e a outras formas de participação política; seja social e psicologicamente, em fase das doutrinas do racismo científico e da ‘teoria do branqueamento’; seja ainda economicamente, devido as preferencias em termos de emprego em favor dos imigrantes europeus (ANDREWS, 1991, apud DOMINGUES, 2007, p. 26).

Existia uma emergência social e assim, surgiram no final do século associações filantrópicas organizadas a apoiar a população negra contra exclusão, preconceito e discriminação (SANTOS; CARVALHO E SILVA; LIMA, 2012). Concomitantemente fundou-se a “imprensa negra”, jornais escritos por negros, com intuito de evidenciar os aspectos reais do cotidiano enfrentados pela população negra.

Esses jornais enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira. Além disso, as páginas desses periódicos constituíram veículos de denúncia do regime de

“segregação racial” que incidia em várias cidades do país, impedindo o negro de ingressar ou frequentar determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas (DOMINGUES, 2006 apud AUGUSTO; TONIOSSO, 2015, p. 105).

Em 1931, fundou-se a Frente Negra Brasileira (FNB), passo significativo ao movimento, uma vez que essa constituía a primeira organização com reivindicações políticas mais deliberadas (DOMINGUES, 2007). Nessa época, a educação tornou-se tema relevante para as organizações, a fim de garantir a educação das pessoas negras.

O movimento negro acreditava que o caminho para a libertação das pessoas negras é através da educação, lutando perante a sociedade para erradicar o preconceito que sofre nos ambientes do mercado de trabalho, profissional, social, cultural e político. Segundo Gonçalves (2000) apud Augusto e Toniosso (2015), a educação sempre ocupou lugar de destaque nas reivindicações dos movimentos negros, e, embora concebida com significados diferentes, é vista como estratégia capaz de equipar os negros aos brancos, proporcionando oportunidades iguais no mercado de trabalho. Também era vista como veículo de ascensão social, integração e instrumento de conscientização, onde os negros aprenderiam a história de seus ancestrais, a cultura e os valores, e, a partir disso, reivindicar seus direitos políticos, sociais, a diferença e o respeito humano.

Em 1936, a FNB transformou-se em partido político, com o propósito de representar a população negra. Os movimentos seguiram com seus pressupostos nos anos vigentes do Novo Estado, ressaltando a primeira representação em assembleia, um projeto de lei antidiscriminatório, em 1946, sem aprovação. A primeira lei nesse caráter foi promulgada ainda no Novo Estado em 1951. As discussões a respeito foram interrompidas com a implementação da ditadura militar, desarticulando os movimentos sociais-políticos dos negros (DOMINGUES, 2007).

Somente na década de 1980 as manifestações populares reiniciaram, iniciando a atomização social do movimento negro. Nessa década a constituição de 1988 configurou-se enquanto marco para os direitos e garantias, onde instituiu efetivas garantias, evidenciando conforme nos apresenta o artigo 3, que um dos principais objetivos fundamentais da república é promover o bem-estar de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

Configurando assim, em complemento desse artigo, há no Brasil o Estatuto da Igualdade Social, reconhecendo a população negra enquanto sujeito de direitos, assegurando-

lhes igualdade de oportunidades, a defesa de direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnicas (BRASIL, 2010). Esse estatuto altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, nº 7.347, de 24 de julho de 1985, nº 9.029, de 13 de abril de 1995, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

CAPITULO II – PRÁTICAS EDUCACIONAIS: DISCUTINDO O RACISMO NA SALA DE AULA

O negro sempre resistiu e vem lutando até hoje pela equidade, conquistando um grande apoio com a Lei 10.639/2003, que garante que seja trabalhado a história e cultura africana e afro-brasileira, apresentando sua história, contribuições, cultura e importância na construção do nosso país, como também, ensinar sobre o momento de luta no período escravocrata contra a violência e o racismo sofrido até os dias atuais. A escola como formadora de cidadãos deve estar sempre repensando suas práticas e ideologias ensinadas ampliando seu currículo escolar na busca de acabar o preconceito errôneo que foi criado contra os negros por causa da cor da sua pele.

2.1 EDUCAÇÃO COMO DIREITO DE TODOS

As escolas do nosso país dizem ser democráticas, mas onde está essa tal democracia se afinal não possui um currículo que atenda a diversificada população que temos? Com uma mudança significativa em que foi criada a Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e a cultura africana e afro brasileira em todos os níveis da escolaridade, após sua implementação, começou a escola abordar estudos sobre a importância do negro, suas contribuições, seus costumes, cultura e suas origens; como também a inclusão do dia da consciência negra, no calendário dia 20 de novembro, como feriado nacional. Essa lei foi sancionada a partir das reivindicações do movimento negro para incluir a população negra em toda sociedade. Logo, é com o estudo dessa temática advindo de muitos movimentos de resistência que estão conseguindo pouco a pouco respeito e valorização mudando a visão que se tem sobre o negro.

Sancionada a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, a mesma altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências,

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional,

resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.¹

À vista disso, devem ser valorizados os africanos e afrodescendentes, ressaltando suas contribuições, lutas, cultura e a sua importância para a formação da sociedade, em que o respeito deve ser entre todos, para que seja feito um processo de conscientização para uma educação antirracista desenvolvendo a inclusão.

Mesmo com a lei, algumas das escolas não trabalham a temática, ocultando-a por achar que não possuem material didático ou por não encontrarem-se capacitadas para trabalhar e lidar com o assunto; assim, é preciso que o governo invista em formações continuadas para os professores sobre a diversidade racial, evitando que aumente o preconceito no sistema educacional.

Por meio da educação é que se tem oportunidade e possibilidade de transformar a realidade do sujeito, preparando as pessoas para conviver com as diferenças, respeitando a diversidade de cada um, criando meios que conscientizarão para erradicação do preconceito em que a escola é o meio educativo que é propiciado a trabalhar a temática com perspectiva de educar e desmistificar a imagem negativa que criaram sobre os negros e sua história diante da sociedade.

Segundo Janaina (2010), a lei trouxe melhorias para o ensino, desenvolvendo a prática no cotidiano sobre as relações raciais em que a partir dela foi avaliado os livros didáticos em que trazia seus conteúdos muito irrelevantes abordando apenas o negro no período da escravidão, contudo, com essa nova proposta, foi feita a revisão para inclusão das contribuições do negro em sociedade, atuação e cultura, revendo desta forma, nas práticas pedagógicas dos professores perante seus alunos e a sociedade, o conhecimento da cultura africana, desta forma a criar possibilidades para erradicar o preconceito e o racismo presente em sala de aula.

Os pensamentos e prática de preconceito precisam ser extinguidos de nossas vidas, eliminando o pensamento de que pessoas de pele negra só servem para trabalhos domésticos; cabe destacar que eles são seres humanos que possuem o mesmo direito, com capacidade profissional e o direito de escolher o que achar melhor para sua vida.

¹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm#art26a

Para que a lei seja realmente efetivada nas escolas, é preciso que haja capacitação e especialização sobre a questão étnico-racial, destacando a importância de se trabalhar a diversidade, possuindo um suporte teórico sobre o assunto e apoio pedagógico com utilização de livros, vídeos, documentários e rodas de conversa que relatem o assunto em sala de aula. Em alguns casos há professores que não trabalham a temática por não dominarem o assunto ou por próprio desinteresse, e, por conseguinte, as crianças se sentem excluídas tanto pelos colegas como, em algumas vezes, pelo professor.

No ambiente escolar, o professor tem que tratar os seus alunos com vínculos afetivos, igualmente, para não machucá-los, desfazendo a imagem negativa que foi criada sobre a pessoa negra, promovendo o amor e o respeito e a convivência com as diferenças.

2.2 TRABALHANDO A DIVERSIDADE CULTURAL NA ESCOLA/SALA DE AULA

Segundo Pimentel, Silva e Santos (2014, p.13), a Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê o direito à cultura como direito fundamental e inalienável do ser humano. Contudo, esse direito não vem sendo assegurado no Brasil, onde o reconhecimento da cultura africana e indígena é extremamente superficial, tornando a preservação de tais, abalada, levando a perda de seu valor e suas principais características.

Desta forma, é necessário que se crie as leis que os amparam e também com discussões junto aos movimentos sociais para combater as formas de preconceito presentes no dia a dia, que acabam afetando o psicológico de quem sofre com as experiências vivenciadas, gerando desconforto, tristeza, desvalorização de sua autoimagem e criando um sentimento de inferioridade (CAVALLEIRO 2003).

Segundo Araújo (2015), é importante que o professor trabalhe a questão da diversidade racial em suas aulas, que trate da importância do negro e suas contribuições para o Brasil, desde o tempo passado até os dias atuais. Assim, a escola não pode se omitir de discutir esse assunto de grande relevância porque no momento que ela se omite acaba gerando mais desrespeito e propagando ainda mais o preconceito para com a pessoa negra.

Portanto, é necessário que a escola seja um lugar acolhedor e propague a igualdade de direitos, porque senão, acabará se tornando um lugar torturante, desestimulante gerando grande desconforto entre os alunos negros, ocasionando que estes acabem por não quererem

frequentá-la, gerando assim o fracasso escolar e um mau rendimento nas disciplinas por parte dessa população.

O negro sofre na escola por herdar desde o seu passado uma miscigenação e ampla diversidade cultural, sendo um meio que as pessoas utilizam para atuar com atos discriminatórios, racismo e preconceito. De acordo com Augusto e Toniosso (2015), a falta de identificação e desestímulo da criança negra em frequentar a escola resultaria no fracasso escolar, que tinha como causa a inadequação dos currículos aos valores, crenças, história de vida e identidade sociocultural dos alunos negros. Assim a História passa a ser vista como um elemento central para a formação tanto da identidade individual como coletiva, fundamental para a construção de uma memória positiva e de uma autoestima elevada.

Os afro-brasileiro e africano sofriam com a miséria e a situação de inferioridade enfrentada pela população negra que advinha de um currículo escolar não adaptado, pela postura dos professores e a inadequação do tema retratado nos livros didáticos. Segundo Casaroto e Santos (2010) apud Aguiar e Aguiar (2010, p. 5) “os professores devem trabalhar estes conteúdos, realçando a contribuição do negro na formação social e cultural do nosso país, e assim, desmistificar a ideia de negro ‘coitadinho’ presente na Sociedade e outras demais expressões presentes nos livros didáticos que acabam ridicularizando e rebaixando o povo negro”.

Na escola é preciso repensar as práticas pedagógicas com a finalidade de erradicar o pensamento errôneo que se tem sobre os negros, apresentando as contribuições dos povos africanos e seus descendentes para a sociedade, desmistificando todo o preconceito. O professor deve estimular no aluno o sentimento de valorização da sua cultura, reconhecendo e respeitando as diferenças culturais, mostrando que nenhuma é melhor que a outra. É necessário informar os aspectos culturais e seus elementos por meio de apresentações de grupos sobre a temática, acerca das manifestações culturais e seus povos tanto por meio de rodas de conversa, tanto quanto em atividades na sala ou extra-sala, e por meio de vídeos.

Segundo Leite (2014), o grande desafio da escola é reconhecer a diversidade como parte inseparável da formação da identidade nacional e ter conhecimento da riqueza representada por essa diversidade étnica e cultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, investindo na superação de qualquer tipo de discriminação e valorizando a trajetória particular dos grupos que a compõe.

A educação, enquanto instituição social é capaz de combater a discriminação que se manifesta em ações e palavras, sendo necessários se revisitar suas ideologias formadoras que,

para que suas relações, práticas e valores instituídos. Assim, “a escola possui um desafio de criar outras formas de relação social e interpessoal, posicionando-se crítica e responsabilmente diante delas” (BRASIL, 1997, apud LEITE, 2014, p.150).

A escola é um espaço de ampla diversidade entre os alunos, mas que mesmo assim há práticas de discriminação e preconceito, visto que muitos dos professores não entende sobre a temática étnico-racial ou não tem interesse em trabalhá-la e acabam omitindo os casos que acontecem. Desse modo, a escola torna-se reprodutora em suas ações falhas, contrariando que é direito do aluno ter as mesmas oportunidades, mas com diferentes tipos de estratégias, abordando em sala o reconhecimento do negro positivamente com mecanismos que garanta seu acesso de forma efetiva na sociedade.

De acordo com Leite (2014), para que a democracia escolar se estabeleça é necessário lutar pelo direito à diferença e fazê-lo valer, é necessária uma adequação nas políticas escolares onde os alunos de forma alguma sejam desvalorizados e inferiorizados pelas suas diferenças, que os professores tenham sempre em mente que as crianças sempre sabem alguma coisa e sempre tem algo a oferecer, que todos podem aprender e que todos tem direito à educação de qualidade, independente da origem étnica, racial ou social, portanto, a única coisa que vai ser importante é acompanhar a criança de acordo com seu jeito e o seu tempo.

De acordo com Santana, Santos e Silva (2014, p.2), “A escola tem dificuldades para lidar com a diversidade. As diferenças tornam-se problemas ao invés de oportunidades para produzir saberes em diferentes níveis de aprendizagem.” Mesmo com a diversa riqueza cultural ainda há características de pessoas preconceituosas que se sentem superiores a outras, por motivo de cor da pele, status social, cultura, entre outras, promovendo ambientes desconfortáveis para se conviver.

Embora o nosso país possua a maior diversidade, acaba influenciando de alguma forma na repercussão da desigualdade social. Os afrodescendentes são a maior porcentagem dos brasileiros, porém, ainda sim, são o maior público que sofre preconceito, não sendo respeitado nas suas peculiaridades, sofrendo o preconceito por ser de grupo diferente dos de pele branca.

A escola participa da transmissão do preconceito quando atua como transmissora de ideologias sendo influenciável para mudar a partir da prática de professores em atuar na busca pela eliminação do preconceito, já que a escola é o espaço de desconstrução de preconceito e atuante no respeito às diferenças e na socialização com os grupos diversificados.

De acordo com a lei de diretrizes e bases da educação (BRASIL, 2014, apud ARAÚJO, 2015, p. 13) “A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários”.

As ações discriminatórias acontecem de forma direta e indireta por meio de brincadeiras, xingamentos, piadas, o que muitas acontece como algo natural, porque de tanto as pessoas serem alvos, o resultado é uma prática errônea contra o negro passar despercebida. Para que se garanta o direito e o respeito às diferenças foram criadas leis que determinam a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e indígena, ampliando o conhecimento sobre a miscigenação e a diversidade cultural que possuímos no nosso país.

Mesmo com a implantação da lei, ainda há, fortemente, repercussões de racismo e preconceito na nossa sociedade, uma vez que a lei não é cumprida como deveria, pois é colocada em prática apenas em datas comemorativas, quando deveria ter, na realidade, aulas sobre o conteúdo, toda semana, ampliando as aulas de acordo com a necessidade, trabalhando os temas e livros numa linguagem que o aluno compreenda, utilizando vivências promovidas pela escola, inclusive em conteúdo da disciplina para que seja capaz de construir uma nação democrática a favor das diferenças.

O preconceito pode ser propagado tanto a favorecer determinada cultura, por não tentar destituí-lo quando à práticas discriminatórias por meio de conteúdos indevidos: um exemplo é a história do negro trazida apenas do período escravocrata, não expondo também suas contribuições para a formação do nosso país.

2.3 A CRIANÇA NEGRA E SUA IDENTIDADE NA ESCOLA

A construção da identidade da criança acontece por meio de vivências e informações que trocam com outros indivíduos. A população é advinda de uma miscigenação de raças e etnias, mas mesmo assim há muito preconceito, por isso se necessita que nas escolas seja trabalhado a história e as contribuições da população negra em que precisa que tal conteúdo se aplique de forma interdisciplinar, ligando a outras disciplinas, transversalmente, de forma que interligue os conteúdos afrodescendentes sempre que for possível durante as aulas.

É preciso erradicar o preconceito contra a criança negra, visto que é notável tanto em lojas de brinquedo como nos livros didáticos, que são representados positivamente apenas a imagem do branco, sendo induzidos a pensar que só os brancos são melhores, mais bonitos, mais capacitados, desprezando a cultura africana e valorizando a europeia, fazendo-se presente estereótipos contra o negro ao o achar feio, preguiçoso, incompetente.

Por isso, para haver a desmistificação desses pensamentos, é necessário que o professor trabalhe a temática para que se mude essa visão, sendo que, vale enfatizar, pessoas com traços afrodescendentes cometem práticas racistas e discriminatórias consequentemente por não aceitar a pertencer a essa raça. O ser negro precisa reconhecer sua cor, sua cultura como bela e adorável, importante como as demais, deixando de lado o preconceito e internalizar a visão sobre o ser negro com uma imagem positiva e guerreiro como ele é.

A exclusão acontece por meio de piadas, xingamentos, a exemplo, cabelo ruim, “neguinha de cabelo duro”, quando o cabelo, o nariz achatado, os lábios grossos são símbolos do negro e quando isso passa a ser o motivo da discriminação e das chacotas causando que a criança negra passa a não gostar ou se identificar como negro.

Quando o professor não trabalha a cultura e a história em sala de aula, leva o aluno a pensar ou deduzir de forma preconceituosa que o ser negro é um ser aculturado. A escola é um ambiente de socialização com uma ampla diversidade de cultura, valores, religiões, características físicas, ou seja, um espaço multicultural. Na escola, muitos professores não aceitam trabalhar com as diferenças, por isso é tão importante trabalhar no combate às desigualdades no meio escolar, visto que é o meio que deve lutar para uma educação antirracista, pois a escola é o lugar que contribui para a formação da identidade do sujeito formando em todos os aspectos, promovendo o respeito pela diversidade.

A lei foi criada com o propósito de conscientizar a população sobre as contribuições do povo negro para o Brasil e assim favorecer a construção da identidade da criança negra e o respeito às outras etnias presentes na busca do fim do racismo. Quando o professor não trabalha a cultura e história em sala de aula, leva o seu alunado a pensar ou deduzir de forma preconceituosa que o ser negro é inferior e incapaz. Conforme afirma Vygotsky (1988) apud Silva, Ferreira e Farias (2011, p.2), as características individuais, e até mesmo nossas atitudes, estão impregnadas de trocas com o coletivo, ou seja, mesmo o que tomamos por mais individual de um ser humano, foi construído a partir de sua relação com o outro.

A identidade negra pode se constituir numa identidade frustrada e aderir ao ideal do branqueamento da nação, negando, assim, a sua condição. Segundo SILVA e MONTEIRO

(2000), ao dizer identidade, estamos nos referindo à consciência que cada um de nós tem de si próprio, ao ter sua comunidade, de sua classe social, do seu grupo de raça (negro, índio, amarelo, branco), de gênero (mulher, homem), do país que vivemos. Consciência essa que elabora na vida do dia-a-dia, dando significado às relações que se dão na família, na comunidade, na escola e no mundo do trabalho.

A identidade é construída no processo de interação dos sujeitos socialmente, não no processo de isolamento, sendo construída tanto de maneira individual como plural nas relações sociais. Apesar de a sociedade ter uma população miscigenada, verifica-se diversos casos de racismo. O preconceito vem sendo herdado desde a antiguidade em que os marcos dessa herança se faz presente em contos de histórias e novelas, prevalecendo personagens brancos, e os negros, quando apresentados, são mostrados em posição inferior, com menores salários e trabalhando de serviços domésticos por causa da discriminação sofrida devido a sua raça ou etnia.

A criança no seu dia a dia vai construindo sua identidade e quando no seu convívio sofre xingamentos, apelidos desagradáveis por causa da cor da sua pele, acaba por criar uma imagem negativa sobre si mesma e desenvolve o desprezo por sua própria origem tendo vergonha de si próprio.

O preconceito racial é aprendido no processo de socialização e tanto pode ser na família, na igreja ou na escola, sustentando-se a partir da ideia de superioridade de uma raça em relação à outra, sendo que pessoas preconceituosas utilizam a diferença de cor para discriminar, julgar e condenar o outro. Vale salientar segundo Nogueira (1955) apud Fazzi (2006,p.104) “[...] o preconceito racial é a parte integrante do sistema ideológica do grupo branco e atua em dois níveis: sobre o conceito e a atitude dos brancos em relação aos negros e sobre a autoconcepção e o nível de aspiração dos negros.”

A presença do racismo na sala de aula ainda se apresenta de forma massiva, através de xingamentos, apelidos, ditos populares que inferioriza o negro do branco e que desta forma, constata-se a falta de preparação de professores em lidar com esse assunto. Os casos de preconceito acaba por constranger de tal forma que crianças começam a ir mal no seu desenvolvimento em sala de aula como também ocasionando casos de evasão escolar, uma vez que muitos dos pais de alunos negros não têm conhecimento das leis e dos direitos que seu filho possui, logo não sabem orientá-los quando sofrem algum ato preconceituoso para que reivindique seus direitos diante da lei.

De acordo com Ortiz (2005 apud PIMENTEL; SILVA; SANTOS, 2015), “[...] o racismo não só prejudica quem sofre, mas a todos presentes na sala de aula em que sua prática pode gerar conflitos e desunião, principalmente quando a professora não toma atitudes frente a estes fatos. A negação ou apatia das educadoras em procurar soluções, as situações preconceituosas entre as crianças, reforçam os estereótipos e preconceitos”. A partir dessas práticas o professor precisa se posicionar sobre os fatos, trabalhando a temática através da interação e socialização dos alunos, elencando pontos que mostre que ninguém é igual ao outro, cada um com suas qualidades e jeito de ser merecendo sempre o respeito e amizade dos colegas.

Isto posto, é importante mostrar as contribuições do negro para a sociedade e não apenas o lado negativo, como as contribuições cultural, política, social e econômica. O combate ao racismo deve se combater usando uma nova história, a história do hoje e do sucesso dos negros em grandes profissões, a que possam valorizar suas raízes como a sua cultura e religiosidade.

O professor tem que preparar as crianças de forma epistemológica desde a escola porque é um lugar de construção de conhecimentos no qual se luta para desconstruir preconceitos diversos, especialmente o racial. Mais pessoas preconceituosas podem e devem ser enquadradas na lei da intolerância racial (BRASIL, 2010).

Em determinados momentos, professores em sala de aula permitem que práticas racistas aconteçam, dado que presenciam esses atos e mesmo assim não trabalham o assunto, tornando-se a sala, reprodutora também. O racismo acontece em sala de aula quando os alunos brancos são considerados superiores às demais raças existentes.

A falta de capacitação dos profissionais para trabalhar, quando ocorrida, ressaltando que são feitos projetos e mais projetos sobre a temática e não são colocados em prática, ao professor fica a incumbência de precisar interferir frente aos atos racistas e não apenas continuar dando suas aulas como se nada acontecesse, lembrando que esses fatos precisam ser erradicados e, para que se aplique, trabalhando a temática como manda a lei 10.639/2003.

Fazzi (2006, p108-109) “[...] ressalta que a escola através de seus professores e livros didáticos é transmissora e reprodutora do preconceito racial entre os alunos”. Omissão, declarações racistas ou desconsideração da questão, tratando-a como um problema menor ou inexistente, são práticas encontradas entre os professores. Os livros didáticos transmitem estereótipos e interpretações preconceituosas, como o processo de “animalização do negro” ou a ênfase em sua localização num “papel subalterno na hierarquia social” (FIGUEIRA,

1990, p. 69), além da ideia de que negros não mais existem ou constituem uma minoria, pois eles são citados em tempos passados e quase não aparecem nas ilustrações.

O preconceito atua por meio do desprezo, palavras de deboche, gestos, risos, ou no próprio olhar de indiferença, dado que a partir das características físicas e culturais do negro como lábios grossos, cabelos crespos, cor da pele e religião são fatores que pessoas preconceituosas utilizam para demonstrar seu preconceito. Algumas das práticas são apelidos racistas após discussões e brigas, levando o aluno a se calar e isolar quando não encontra apoio para lhe defender, reagindo também em ocasiões de forma violenta. O preconceito vem enraizado desde a família até a sociedade, tornando-se presente desde a educação infantil pela falta de materiais que trabalhem o negro de forma positiva. Desta forma, Cavalleiro (1988 apud FAZZI, 2006, p.111) após uma ofensa, as “[...] crianças negras, quase sempre, permanecem absolutamente caladas[...]dirigem-se a outro grupo, ou então principiam a brincar sozinha [...] como se nada lhes tivesse acontecido”, criando a partir desses momento sofrimento, vergonha e dor por não ser igual aos outros e por isso ser renegado e desvalorizado entre os colegas.

Fazzi (2006), ressalta que,

Muitas das crianças é alvo de comentários depreciativos, tanto no interior da família como na escola, a classificação racial se dá de pessoas morenas ao dizer que é negra ou a negra dizer que é branca. A briga, a agressão física são formas de reação ao xingamento ou gozações raciais (p. 30).

Portanto, se a própria pessoa não se aceitar como é, as pessoas que tem ao seu redor também podem contrair aspectos preconceituosos contra seu povo.

Sendo assim, a partir de classificações feitas dentro de casa repudiando a cor da pele, a sua cultura resulta na manifestação do preconceito contra si próprio e propaga para os outros que sua raça é inferior e desvalorizada perante a sociedade.

Segundo Poter (1973) apud Fazzi (2006, p.93),

“[...] estudando a influência de fatores socioculturais no desenvolvimento de atitudes raciais (a pesquisa foi feita em 1965 com crianças norte-americanas de pré-escola, de 3 a 5 anos), demonstrou que as crianças eram preconceituosas em atitudes, e que essas atitudes variavam com a idade, o sexo, a classe social, o contato intergrupal e a gradação da cor da pele (para negrões)”.

As práticas racistas que são desenvolvidas a partir da criança em falas com seus colegas sobre outro colega, em casa quando os pais falam que não deve ser amigo de

determinado colega porque ele é negro e na escola ou na rua acabam reproduzindo o que foi dito e são inúmeras as circunstâncias que esse preconceito vai se desenvolvendo, resultando no afastamento dos outros grupo.

Os mecanismos mais comuns de transmissão de preconceito são praticados todos os dias diante da sociedade, mas muitas vezes a falta conhecimento sobre eles pode ocasionar em uma maior propagação do preconceito, desta forma podemos entender quais são na fala dos autores. Assim, Poter (1973) apud Fazzi (2006, p.89), destaca oito mecanismos gerais de transmissão. São eles a família através dos processos de identificação entre filhos e pais, conversas entre adultos realizada na presença da criança com pistas comportamentais fornecidas pelos adultos em levantar sobrancelhas ou na demonstração de raiva e orgulho; comentários em grupos de brincadeiras ou de escola; admiração, por outros, da aparência pessoal da criança; associações culturais e simbólicas de cores (existe uma conotação positiva para as palavras branco ou claro e negativa para as palavras preto, negro e escuro: por exemplo, a expressão “a coisa tá preta” ou a consideração que a sujeira é preta); material de leitura infantil estereotipado (tanto os livros didáticos quanto os de literatura); meios de comunicação de massa (através da exposição direta ou dos comentários dos adultos sobre os assuntos veiculados pela televisão, especialmente) e observação feita pela criança da ocupação racial de papeis sociais.

Diante desses fatores Katz (1982) apud Fazzi (2006,p.92) “Conclui dizendo que os mecanismos perceptivos podem ter um importante papel no desenvolvimento e na manutenção do preconceito. Assim, quanto mais ênfase se dá às diferenças entre grupos raciais e quanto mais se ignoram as diferenças individuais entre membros de grupos de minoria, mais se reforça a base perceptiva para a manutenção de preconceito.”

Nas escolas não há o material pedagógico adaptado a essa temática, como também os professores não tem formação sobre o assunto, ou até mesmo tem alguns educadores que sabem sobre a temática mais preferem não abordá-la deixando perpetuar o preconceito em si e nas crianças, e acaba por acontecer que as instituições também não estão a fim de trabalhar a temática por achar que é algo besta, inútil e que não acrescentará o aluno em nada. Desta forma, Fazzi (2006, p.109) ressalta que,

[...] o livro didático “funciona como um agente de destruição da identidade do sujeito negro, do mesmo modo que confirma no branco o sentimento da supremacia de sua raça (figueira,1990, p.70) provocando assimilação de um “ideal de ego branco” (idem,ibidem,p.70)que repercute, inclusive, no desejo

de embranqueamento, seja por artifícios (alisar cabelo, por exemplo) ou pelo casamento ou uniões sexuais com o branco.

O ambiente escolar pode ser demarcado como local de práticas discriminatórias, como ressalta Cavalleiro (1998) apud Geraldo (2012, p.4)

[...] O cotidiano escolar apresenta-se marcado por práticas discriminatórias que condicionam a percepção negativa das possibilidades intelectuais, profissionais, econômicas e culturais e propicia, ao longo dos anos, a formação de indivíduos, brancos e negros com fortes ideias e comportamentos hierarquicamente racializados e carregados de estereótipos discriminatórios.

Percebe-se que a discriminação é atuante de forma massiva quando não há um entendimento do assunto na comunidade escolar, Santos (2008) apud Geraldo (2012, p.5) coloca que:

[...] o racismo manifesta-se quando a comunidade escolar, o currículo e até mesmo o educador ou a educadora demonstram preconceito ou desconhecimento de questões de ordem racial ou ridicularizam identidades e estéticas diferentes das que foram estabelecidas como ideais. A ausência nos escolares de história da cultura afro-brasileiras e africanas, incutiu nas crianças brancas uma percepção discriminatória em relação às crianças negras, inibindo a autoestima.

Cabe pontuar que, ainda existe muita desvalorização do negro como ser social na sociedade, tendo em vista as práticas discriminatórias cometidas por indivíduos brancos perante o negro, ou até mesmo, o próprio negro se julgando inferior aos outros por causa da cor da pele, dos cabelos crespos ou encaracolados, entre outros.

Mesmo com a lei aprovada para o ensino obrigatório da Lei 10.639/2003, sabe-se que a lei não é posta em prática no ensino, trabalhando a temática apenas em datas como 13 de maio que foi o dia da abolição da escravatura como também no dia 20 de novembro dia da consciência negra.

CAPÍTULO III – DELINEAMENTO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A presente pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa do tipo exploratória descritiva. Segundo Gerhardt e Silveira (2008), a pesquisa qualitativa é aquela que não se preocupa com dados estatísticos, mas sim com a compreensão de um grupo social, defendendo um modelo para explicar o porquê das coisas, porém, não quantifica valores. Esse tipo de pesquisa motiva o entrevistado a refletir e falar livremente sobre termos, tendo como finalidade emergir aspectos subjetivos.

A pesquisa exploratória permite uma maior familiaridade entre pesquisador e o que está sendo pesquisado. Pode ser um tipo de pesquisa mais específica, parecendo com um estudo de caso. A pesquisa descritiva refere-se a uma pesquisa de campo, baseada em hipóteses e é realizada a partir de fenômenos tendo como objetivo a descrição das características de um determinado grupo (GIL, 2008).

3.1 CENÁRIOS DA PESQUISA, POPULAÇÃO E AMOSTRA

A seguinte pesquisa foi realizada em uma Escola Municipal localizada na zona rural na cidade de Barro - Ce, que estruturasse do ensino infantil ao fundamental dois, com dia, horário agendado antecipadamente, na maneira em que os participantes tinham uma maior disponibilidade

A população do referido local de pesquisa é composta por professores atuantes do ensino infantil ao fundamental dois, com aproximadamente 18 profissionais e a amostra foi feita com cerca de 3 professores, que estavam disponíveis para participar da pesquisa obedecendo aos critérios de inclusão e exclusão. No qual foram entrevistados professores que possuem faixa etária de 26 a 45 anos, a primeira entrevistada foi à professora do segundo ano, leciona há cinco anos, graduada em pedagogia; a segunda entrevista foi com a professora do primeiro ano, leciona há três anos, graduada em pedagogia; a terceira entrevistada foi com a professora do terceiro ano, leciona há vinte e cinco anos, graduada em pedagogia com especialização em psicopedagogia.

A população de uma pesquisa pode ser definida como o todo, ou seja, o universo com elementos no quais podem ser medidos e mensurados, já a amostra é definida com uma parte da população que servirá de base para a coleta de dados de uma pesquisa (MINAYO, 2008).

Na referida pesquisa foi realizada uma entrevista semiestruturada com professores do ensino fundamental, na qual objetiva obter informações sobre a prática antidiscriminativa na sala de aula. Esse tipo de entrevista é feito com perguntas abertas, no qual o pesquisador precisa ficar atento para esclarecimento de questões para que possa ser evitado que as respostas não fiquem bem esclarecidas. Esse tipo de pesquisa é mais parecido com um diálogo comum, tornando o trabalho mais prazeroso tanto para o entrevistado quanto para o entrevistador, e é, ainda, focada em determinado assunto, ou seja, já tem um objetivo pré-definido que, no caso desta pesquisa, é práticas docentes frente a conduta discriminatória (MINAYO, 2008).

Antes de realizar a entrevista, vale salientar que foi analisado o melhor horário para ser realizada a mesma, bem como esclarecer sobre o objetivo da pesquisa, deixando claro que foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pedindo permissão para gravar a entrevista para um melhor entendimento da pesquisa e que depois possam ser transcritas.

3.2 ANÁLISE DE DADOS POR TEMAS E CATEGORIAS DE PESQUISA

Para análise de dados, foi utilizada a análise de conteúdo de Bardin, que diz respeito a um conjunto de técnicas que visa obter, por meio de procedimentos, a descrição de um objeto ou um conteúdo, permitindo tornar replicáveis os dados de um determinado meio a partir de falas. Esse tipo de análise permite conhecimento que tem relação com a produção, para um melhor entendimento sobre as estruturas que estão fragmentadas por trás das mensagens que serão descritas (MINAYO, 2008).

Este método é um aglomerado de instrumentos de caráter metodológico, que se aperfeiçoam a todo instante, de maneira em que possa ser trabalhada a fala do sujeito investigado na plenitude do que aquilo significa para o mesmo, ainda com o intuito de estabelecer recortes das falas dos entrevistados para que as informações coletadas possam ser comparadas com a literatura exposta.

A Análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2010) é composta por algumas etapas, tais como: transcrição geral das entrevistas, leitura flutuante, recortes das unidades temáticas, tabulação dos dados, codificação e categorização e, finalmente, a inferência e interpretação dos dados.

Ao realizar a primeira etapa, o pesquisador realizou a transcrição detalhada das entrevistas, levando em consideração todas as falas expostas pelos participantes.

A segunda etapa se realizou pelo contato direto com o conteúdo, no caso com a leitura das falas. Ou seja, as entrevistas foram transcritas para atingir um nível mais profundo, ultrapassando os sentidos manifestos do material.

A terceira etapa consistiu na exploração do material através de recortes das falas dos entrevistados. A quarta fase considerou em dividir o conteúdo em categorias, realizando assim a tabulação.

E a última fase optou por um tratamento dos resultados obtidos e interpretação mais aguçada sobre o material coletado, fazendo uma comparação com a literatura. Desse modo, os resultados foram obtidos a partir da análise das entrevistas em função de alcançar metas e objetivos propostos pela temática da pesquisa (MINAYO, 2008).

A partir das falas dos participantes, se desencadearam as seguintes temáticas: Dificuldades e potencialidades, atuação docente e percepção do fenômeno em sala de aula. Surgiram também as seguintes categorias: Falta de capacitação, falta de material didático adequado, sensibilização das crianças, ações educativo-informativa, inferiorização do negro, inexistência de práticas discriminatória, retraimento da criança negra em sala. Tais categorias foram analisadas nas falas dos profissionais, separando-se por unidades de conteúdo, recortes nos quais os mesmos se referem a cada uma delas, como pode ser observado no quadro abaixo.

QUADRO 1 – Temas e categorias de pesquisa

TEMAS	CATEGORIAS
Dificuldades e potencialidades	Falta de capacitação
	Falta de material didático adequado
Atuação docente	Sensibilização das crianças
	Ações educativo-informativa
Percepção do fenômeno em sala de aula	Inferiorização do negro
	Retraimento da criança negra em sala

FONTE: O autor (2018)

No que se refere à temática “Dificuldades e potencialidades” que remetem os desafios encontrados pelos professores para atuação frente a diversidade étnico-racial, pode-se destacar dentro dessa temática algumas categorias, tais como a falta de capacitação que é inferenciado

enquanto uma das dificuldades encontradas pelos profissionais, pois na maioria das capacitações não há direcionamento referente a essa temática. Neste sentido, pode-se perceber no discurso de uma das professoras que:

“As formações que nós vamos nunca fala sobre isso, sobre a diversidade étnico - racial” (PROFESSORA B, 2018).

Essa não é somente uma realidade encontrada na formação que a Professora B participa, os dados corroboram com as ideias de Pinto (1999) ao constatar a ausência dos estudos sobre relações étnico-raciais nas formações dos professores enunciando que “[...] os assuntos que dizem respeito a diversidade étnico-racial em geral e do alunado, em particular, são praticamente ignorados (p. 207).

Ainda é bastante recorrente em alguns cursos de licenciatura e, até mesmo em Pedagogia, a ausência de disciplinas voltadas para a diversidade étnico-racial, e quando se tem, não tem-se uma formação continuada ao término do curso. Evidenciando assim que os professores e futuros professores não tem acesso direto, em alguns cursos de formações, as discussões referentes à temática étnico-racial (SANTOS, 2013).

Referindo-se à falta de material didático adequado para se trabalhar a temática em sala de aula, identificou-se através de todos os participantes que a escola não oferece material didático para trabalhar essa temática. Seguindo esse contexto, a falta de material didático que aborde o tema adequadamente e insatisfatório, é uma realidade existente no contexto das escolas brasileiras, fazendo com que os docentes realizem apenas debates superficiais, não priorizando a temática em sala de aula (AGOSTINHO, et al, 2014).

É nesse sentido que a cartilha de orientação e ações para educação das relações Étnico-racial, afirma que um dos desafios encontrados ao combate as atitudes discriminatória é esse silêncio das escolas sobre as dinâmicas das relações raciais permitindo a continuação do ciclo de racismo (BRASIL, 2006). Desta forma, é imprescindível que os professores despertem conscientemente em busca da educação étnico-racial como parte integrante e importante ao currículo comum.

Foi analisado também a temática “Atuação docente” que remete as competências dos professores dentro da instituição, ou seja, as intervenções desses profissionais frente a conduta de discriminação.

Dentro da temática “Atuação docente”, foram englobadas as categorias sensibilização das crianças e ações informativas. Pode-se destacar ainda nessa categoria, as questões que se refere aos parâmetros resguardados por lei para ações e intervenções pautadas na legislação.

Quando se trata da sensibilização e conscientização das crianças, as práticas denotam provocar tomada de consciência, os recortes a seguir refere-se a este eixo da seguinte maneira:

“Atuo por meio do diálogo no processo de conscientização” (PROFESSORA C, 2018).

“Buscamos da melhor maneira mostra-los e exemplificar para que não aconteça mais esses casos” (PROFESSORA A, 2018).

Nesta perspectiva, Santos (2015) encara a ação enquanto insuficiência, mesmo baseado na perspectiva de desnaturalizar a conduta no cotidiano, ela deveria ser repensada de forma a buscar práticas educativas mais efetivas. Essa resolução consiste em algo muito generalista que contribuiria de maneira ínfima, sem resolver nem amenizar ao problema (ORLANDO; FERREIRA, 2014).

A segunda categoria observada dentro da Atuação docente foi a “Ações educativa-informativa” que se caracteriza pelas orientações grupais e palestras, enquanto espécie de gestão de risco, ou seja, uma atuação pautada e desenvolvida de forma aleatória, sem compromisso maior com a causa como é evidenciado na fala da Professora B

“Trabalho por meio de roda de conversa, de forma informal, porque elaborar um projeto para trabalhar em sala não tem, no entanto às vezes tem palestras na escola” (PROFESSORA B, 2018).

“É organizado palestras para trabalhar a temática com toda escola” (PROFESSORA A, 2018).

Baseada nessa perspectiva, Macedo (2016) aponta que um dos principais desafios da atuação docente refere-se a desmistificação da “cultura da classe dominante” impregnados pelo mito da democracia racial no interior da escola, “[...] um exemplo que pode ser citado é que as escolas falam dos povos negros somente na data da consciência negra, dia 20 de novembro, enquanto na maioria do ano essa problemática não é lembrada” (p. 93-94).

Desta forma, para que esse ciclo se rompa é necessário que o professor desenvolva mudanças nas discussões e intervenções escolares, com comprometimento das práticas pedagógicas desenvolvidas acerca da diversidade cultural, trabalhando a pluralidade, favorecendo a relação étnico-racial, configurando assim, suas ações o caminho para combate ao racismo vigente (TONO; VAZ, 2017).

Por isso, o trabalho de consciência deve ser discutido no decorrer das aulas, pois a escola é espaço onde acontecem os debates, momentos de socialização de crianças, adolescentes de diferentes culturas e identidades e é nesse processo que estabelecem um convívio social harmonioso ou conflituoso da criança, fazendo com que a criança negra tenha em alguns momentos uma postura introvertida (MACEDO, 2016, p. 94).

Desta maneira, é expressa a importância de se efetivar no ambiente escolar um processo de reconhecimento das diversidades, a partir do acolhimento das heranças culturais contextualizando-as no cotidiano, em conformidade com as normativas penais vigentes que garantem a luta para eliminação de todas as formas de discriminação racial.

Sobre o tema “Percepção do fenômeno em sala de aula” foram incluídas as categorias de “Inferiorização do negro” e “Retraimento da criança negra em sala”, para se entender um pouco mais como ocorre essa retração do aluno negro em sala por meio da inferiorização.

Na categoria Inferiorização do negro, percebeu-se na fala de uma das professoras que já ocorreu à discriminação e inferiorização do negro no ambiente escolar. A mesma relatou que

“Aqui mesmo na sala já houve casos de criança negra que disse que sonhava ser médico e outro menino falou que ele nunca seria medico porque era negro” (PROFESSORA C, 2018).

Assim sendo, verificou-se o que os estudos ressaltam onde há esse fenômeno nas escolas, onde os negros são vistos enquanto menores em relação aos brancos, mostrando assim que a violência racial continua “[...] deste modo cai-se na ideologia do branqueamento [...], para acabar com elemento negro, numa política racista que nada tem a ver com democracia racial” (MIZAL; GONÇALVES, 2015, p. 15), contribuindo assim para inferiorização e desumanização do negro.

Em consonância com o evidenciado anteriormente, Nascimento (2001) infere o caráter de perpetuado do determinismo racial à escola, onde essa reproduz a concepção do negro ligado à escravidão, trabalho braçal e conseqüentemente déficit intelectual.

A respeito do retraimento da criança negra em sala, o qual compreende como uma consequência a conduta discriminatória cometidas em sala de aula e/ou na escola, onde inibe a criança do processo de socialização e aprendizagem, como pode ser percebido nas falas das profissionais a seguir:

“Elas ficam bem retraídas né? Um pouco atrapalhando pelo fato também delas não querer mais frequentar a escola por conta desse preconceito” (PROFESSOR A, 2018).

Neste mesmo sentido, ao falar sobre o processo de socialização e aprendizagem frente a inibição da criança negra com comentários, a Professora C externa seu pensamento evidenciando que

“Eles se sentem excluídos, retraídos, sem querer participar das tarefas” (PROFESSORA C, 2018).

Percebe-se que ainda continua uma fase de exclusão do sistema de ensino, necessitando-se discussões onde não se tem e fortalecer ainda mais onde já existe. Essa exclusão se caracteriza de diversas formas, uma delas é a maneira como os alunos e alunas negras são tratadas (GOMES, 2002). Rosa, Silveira e Tenorio (2012) afirmam que esse processo de exclusão pode ser consequência do afastamento onde outrem evita o contato com a criança negra ou mesmo a rejeição que consiste em evitar qualquer contato, dessa forma, ao perceberem essa dinâmica a criança negra é estimulada, mesmo que inconscientemente, a excluir-se das outras e das atividades escolares.

Desta forma, percebe-se uma defasagem entre a dinâmica encontrada na escola e o que os marcos legais da política apontam como sendo os direcionamentos para atuação nesse contexto, sendo assim a ação docente caracterizada por uma “desprofissionalização” por uma prática eventual e assistemática e por ações inconsistentes.

Assim, evidencia a busca por uma construção de cursos que estimulem uma “revisão do papel do docente” propondo a construção de elementos que viabilizem o processo de formação adequada aos profissionais que possibilite a construção de práticas pautadas na transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discriminação racial é um fenômeno perceptível em todos os âmbitos sociais, uma construção enraizada ao longo dos anos, conseqüentemente uma manifestação recorrente no âmbito escolar. A mudança que se faz necessária, e o debate que precisa ser feito, vai além da conscientização nas escolas e salas de aula, ou de modificações necessárias para uma adequação as leis. Pretender tornar eficaz uma ação educativa por trás de muros e carteiras escolares é, no mínimo, incompatível, visto que as condições sociais levam-nos a perceber que há uma cegueira coletiva referente ao mau que tais ações traz ao sujeito.

Sabe-se também, que as atitudes na escola é permeada pelas ideologias sociais e raciais, desenvolvendo-se com uma perspectiva baseada na estrutura racial da sociedade em que vivemos, onde o racismo é negado e há o mito da democracia racial fortemente presente. O tema da discriminação em sala de aula emergiu diante a experiência na área educacional, onde demonstrou-se que, esse fenômeno é algo recorrente, porém é negligenciado ou ignorado pelos envolvidos no processo de escolarização.

Desta forma, diante da problemática a respeito das práticas docentes em detrimento a discriminação racial em sala de aula, abordada no presente trabalho e da análise dos dados obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas, percebe-se que a literatura que estuda o fenômeno das práticas discriminatória no contexto da sala de aula é ampla e diversificada, porem o recorte sobre a atuação do professor junto a discriminação e comprometimento dos mesmo com o desenvolvimento social e aprendizado do aluno é pequena e muitas vezes direcionada sobre a teoria, não evidenciando práticas e intervenções efetivas.

Neste sentido, em virtude dos resultados apresentados, pode-se perceber que apesar das promulgações das leis e resoluções, que visam parâmetros para atuação e intervenção, as escolas ainda não abordam-nas de maneira eficaz e eficiente, não preparando o corpo docente

para uma atuação com propriedade, como é observado nas respostas das entrevistadas, no qual se evidencia que a atuação é superficial e com ações meramente técnicas.

A respeito do conhecimento de métodos e metodologia para atuar na área da diversidade étnico-racial, foi constatado que os professores tem dificuldade em encontrar estratégias para se trabalhar a diversidade, inferindo essa falta de capacitação no campo, principalmente ligado a formação acadêmica deficitária na temática, bem como a escassez de material didático adequado, onde responderam que o material oferecido pela escola não possibilita que retirem conteúdos que colaborem para discussão comprometida com a desnaturalização das concepções sociais.

Desta forma, a atuação docente pauta-se em intervenções de sensibilização ou em ações informativas, focalizando apenas em demandas circunstanciais, como na semana da consciência negra, tornando-se insuficiente e ínfima, sem compromisso com a realidade e importância do reconhecimento das diversidades dentro da sala de aula.

Constatou-se também acerca da percepção do fenômeno em sala de aula, onde há a inferiorização do negro e em consequência o retraimento da criança negra em detrimento das atitudes para com ela. Evidenciando que a criança ao ser vítima de discriminação enunciam comportamentos de retraimento social, que tem consequência no seu processo de aprendizagem, uma vez que essas recusam-se a envolver-se nas atividades do cotidiano escolar.

Em suma, a pesquisa nos fez perceber que a atuação docente, muitas vezes, limita sua contribuição para a vida das crianças, por meio de ações meramente técnicas que, somando-se as limitações da formação, comprometem o direcionamento das intervenções, fazendo com que tal atuação pouco contribua para mudar a realidade de discriminação racial no âmbito escolar. Assim, é necessário reorganizar os direcionamentos na formação acadêmica, a fim de obter uma formação que, ao invés de favorecer uma determinada área, possibilitem uma atuação docente, de fato, comprometido com a realidade social e melhoria da vida dos alunos para quem a atuação se volta.

A relevância social da pesquisa se justificou pelo fato que esse tratou de uma temática central no processo das relações humanas. Vale ressaltar que a discussão sobre o preconceito e discriminação racial em sala de aula tem relevância não só para aqueles que estão submetidos ao contexto escolar, mas também para a sociedade, uma vez que, possibilitando conhecimento sobre a temática, será mais eficaz a tentativa de (re)colocação da consciência de respeito social, possibilitando melhor convivência em sociedade. Os benefícios principais

que a pesquisa trouxe foi um melhor entendimento como as professoras frente a temática, o que provocara benefícios no que diz respeito a novas estratégias de educação.

Cabe salientar que o presente trabalho não esgotou a compreensão sobre o fenômeno, mas buscou suscitar novos questionamentos que permitirá aumentar o conhecimento e compreensão desse fenômeno, acredita-se que é necessário uma explanação maior acerca desde tema para a comunidade científica.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, C. S.; SILVA, L. S.; SILVA, L. C. O. et al. **Práticas pedagógicas e relações étnico-raciais nas escolas de educação básica em Alagoas Grande/Pb**. Cadernos Inbondeiro, v. 3, n. 2, 2014.

ALVES, C. C. S. **O racismo na escola e o combate com ações pedagógicas**. 2012. 20f. Artigo (Licenciatura em pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira –Pb, 2012.

ARAÚJO, A. D. **Preconceito racial: implicações no processo de ensino e aprendizagem**. 2015. 48f. Monografia (Licenciatura em pedagogia) – Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras- Pb, 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BOTIOSSO, T. C. O. **Racismo no Brasil**. 2012. Disponível em: www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2013/03/Tatiana-Botiosso.pdf. Acesso em: 20 de jan. de 2018.

BRASIL. **Lei nº 7716, de 5 de janeiro de 1989**. Diário oficial, Brasília- DF, 05 de janeiro de 1989.

_____. **Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases de educação nacional, para incluir no currículo oficial de Rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira” e da outras providências. Diário oficial, Brasília, DF, 9 de janeiro de 2003

_____. Ministério da Educação. **Orientações e ações para Educação das relações étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

CAMINHO, L.; SILVA, D.; MACHADO, A.; PEREIRA, C. A fase oculta do racismo no Brasil: Uma análise Psicossociológica. **Revista Psicologia Política**. v. 10, n. 2, p. 13-36, 2000.

CAMPOS, L. A. Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica. **Revista brasileira de ciências sociais**. v. 32, n. 95, p. 1-19, 2017.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempos**, v. 3, p. 13, p. 100-122, 2007.

_____. P. Movimento negro brasileiro: histórias, tendências e dilemas contemporâneos. **Revista Dimensões**. v. 21, p. 101-124, 2008.

FALKEMBACH, E. M. F. Diário de campo: um instrumento de reflexão. **Revista Contexto e educação**. Ijuí, v. 2, n. 7, p. 19-24, jul.-set. 1987.

FAZZI, Rita de Cássia. **O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FERNANDES, V. B.; SOUZA, M. C. C. C. Identidade negra entre exclusão e liberdade. **Revista do instituto de estudos brasileiros**, n. 63, p. 103-120, 2016.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário eletrônico Aurélio século XXI**. Rio de Janeiro: Editora nova fronteira e lexikon informática, 1999.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos e técnicas de pesquisa**. 1º ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MACEDO, A. M. R. M. O racismo no ambiente escolar: como enfrentar esse desafio? **Revista Porto das letras**. v. 2, n. 1, p. 88-99, 2016.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social. Teoria, métodos e criatividade**, 27º ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MIRANDA, M. **Classificação de raça/cor e etnia: conceitos, terminologia e métodos utilizados nas ciências da saúde**. 2010. 150f. Dissertação (mestrado em saúde pública) – escola nacional de saúde pública Sergio Arouco – Rio de Janeiro – RJ, 2010.

MIZAEEL, N. C. O.; GONÇALVES, L. R. D. Construção da identidade negra na sala de aula: passando por bruxa negra e de preto fudido a pretinho no poder. **Revista eletrônica da pós-Graduação em Educação**, v. 11, n. 2, 2015.

ORLANDO, A. F.; FERREIRA, A. J. A sensibilização sobre a diversidade étnico-racial na formação inicial e/ou continuada de professores de línguas. **Acta Scientiarum language and cultura**. v. 36, n. 2, p. 207-216, 2014.

PICHECO, L. C. Racismo cordial, manifestações da discriminação racial à brasileira – o domínio público e o privado. **Revista de Psicologia**. v. 2, n. 1, p. 137-144, 2011.

PINTO, R. P. **Diferenças étnicos-raciais e formação do professor**. Caderno de pesquisa, nº 108, p. 199-231, 1999.

SANTOS, A. H. N.; CARVALHO E SILVA, N.; LIMA, V. S. **A influência do movimento negro no processo de escolarização da população afrodescendentes no Brasil república.** Caderno de educação: Ensino e sociedade, v.2, n. 1, p. 183-195, 2015.

SANTOS, A. O. Formação de professores à luz da história e cultura afro-brasileira e africana: novos desafios para uma pratica reflexiva. **Revista Poesia pedagógica.** v. 11, n. 2, p. 150-169, 2013.

SANTOS, R. C. **Contribuições para superar o racismo na escola:** valorização pelo reconhecimento da importância da identidade, história e cultura afro-brasileira. 2015. 81f. Monografia (Especialização em Direitos humanos) – universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.

TUONO, N. E. F.; VAZ, M. R. T. **O racismo no contexto escolar e pratica docente.** Debate em educação, v. 9, n. 18, 2017.

XAVIER, Adriana Oliveira; BRANDÃO, Isabel Cristina de Jesus **A construção da identidade da criança negra nos anos iniciais do ensino fundamental.** Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 6, n. 6, p 79-91, 2017.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar:** racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Atlas, 2003.

APÊNDICES



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



Apêndice A- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Bom dia, meu nome é **Ana Paula do Nascimento Rodrigues**, sou aluna do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande e o/a Sr.(a) está sendo convidado(a), como voluntário(a), a participar da pesquisa intitulada **Das Senzalas Para as Salas de Aula: análise das ações docentes**

JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS: As intenções e motivações desse estudo deve-se ressaltar a necessária e devida contribuição da Universidade Pública na contínua referencialização do ensino superior por intermédio da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, nesse caso, desdobradas nas frentes de trabalho da iniciação científica. O objetivo dessa pesquisa é analisar atitudes docentes referente a discriminação racial em sala de aula.

(Os) dado(s) serão coletados da seguinte forma: o/a Sr.(a) irá participar de uma entrevista, estruturada em um roteiro, que aborda sobre pontos relacionados ao modo que você compreende os a relevância do entendimento e práticas pedagógicas inerentes a diversidade étnico-racial em sala de aula promovendo o respeito pela diversidade em turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS: Embora eu tenha o máximo de cuidado para com seu bem-estar é possível um eventual desconforto com as questões a lhe serem

perguntadas ou, até mesmo, uma compreensão de sua parte de possível má interpretação de dados de minha parte. Entretanto, em todas as etapas dessa pesquisa, serão depreendidos todos os esforços possíveis para evitar riscos tais quais: constrangimentos, má interpretações nas análises e para com conclusões que não correspondam proporcionalmente a sua compreensão da dinâmica de trabalho em relação ao meu objeto de estudos. Como uma das garantias, sua confidencialidade será assegurada o seu anonimato, via letra inicial de sua profissão e número para sua identificação e indicar a sequência dos sujeitos desse estudo e os dados revelados aqui serão tratados com absolutos padrões éticos, conforme Resolução CNS 466/12.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSINTÊNCIA: A participação do/da Sr.(a) nessa pesquisa não implica necessidade de acompanhamento e/ou assistência posterior, tendo em vista que a presente pesquisa não tem a finalidade de realizar diagnóstico específico para o/a senhor/a, e sim identificar fatores gerais da população estudada. Além disso, como no roteiro de entrevista não há dados específicos de identificação do/da Sr.(a), a exemplo de nome, CPF, RG, outros, não será possível identificá-lo/a posteriormente de forma individualizada.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO: O/A Sr.(a) será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O/A Sr.(a) é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de prestação de serviços. Os/As pesquisadores/pesquisadoras irão tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa permanecerão confidenciais podendo ser utilizados apenas para a execução dessa pesquisa. O/A Sr (a) não será citado(a) nominalmente ou por qualquer outro meio, que o identifique individualmente, em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado, assinada pelo Sr.(a) na última folha e rubricado nas demais, ficará sob a responsabilidade do pesquisador responsável e outra será fornecida ao/a Sr.(a).

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS: A participação no estudo não acarretará custos para o/a Sr.(a) e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional. Não é previsível dano decorrente dessa pesquisa ao/a Sr.(a), e caso haja algum, não há nenhum tipo de indenização prevista.

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELO PARTICIPANTE:

Eu, _____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci todas minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e desistir de participar da pesquisa se assim o desejar. A pesquisadora Ana Paula do Nascimento Rodrigues certificou-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais, no que se refere a minha identificação individualizada, e deverão ser tornados públicos através de algum meio. Ele/a compromete-se, também, a seguir os padrões éticos definidos na Resolução CNS 466/12. Também sei que em caso de dúvidas poderei contatar a professora orientadora **Maria Thaís de Oliveira Batista**, através do telefone **(083) 98127-4898**. Além disso, fui informado que em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo poderei consultar o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores, situado à Rua Sérgio Moreira de Figueiredo s/n - Casas Populares - Tel.: (83) 3532-2000 CEP 58900-000 - Cajazeiras – PB.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Assinatura do Participante da Pesquisa ou Responsável

Assinatura do Pesquisador

Data: ____ / ____ / ____



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



Apêndice B- Questionário de Caracterização (Professor)

Dados pessoais:

Sexo: Feminino Masculino

I. Faixa Etária

- Entre 20 a 25 anos
 Entre 26 a 30 anos
 Entre 31 a 35 anos
 Entre 41 a 45 anos
 Entre 51 a 55 anos

II. Formação Acadêmica

Graduação em: _____

Especialização em: _____

Mestrado em: _____

Doutorado em: _____

III. Experiência no magistério

Tempo que Leciona: _____



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

PESQUISADORA: ANA PAULA DO NASCIMENTO RODRIGUES

Apêndice C- Entrevista Semiestruturada

QUESTÕES ARTICULADAS DO TCC

- 01- Você, como professor da Ed. Básica, recebe alguma capacitação na área da diversidade étnico-racial?
- 02- Você conhece as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008? Concorde com o que elas propõem?
- 03- Como são trabalhadas as questões étnico-raciais em sala de aula?
- 04- A escola oferece material didático para se trabalhar essas questões?
- 05- Na sala de aula em que você atua, há práticas discriminatórias entre os alunos? Como você atua nesses casos?
- 06- Como os alunos assimilam as informações referentes à temática da diversidade racial?
- 07- Como funciona o desempenho de crianças que sofrem práticas discriminatórias no ambiente escolar?

- 08- De acordo com sua experiência pedagógica, como os pais de alunos atuam diante de práticas discriminatórias sofridas ou praticadas por seus filhos?
- 09- Em conformidade com a lei, quais estratégias, recursos e metodologias você utiliza para trabalhar se trabalhar as importantes contribuições do negro no desenvolvimento do país?